

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA E. ___ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS.

FRIGORÍFICO PROSPERIDAD S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.260.924/0001-79, tendo como local principal do exercício de suas atividades na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais, na Rua Comendador Erick Markus, nº 1000, bairro Bosque, CEP 38.446-010, vem, por seus procuradores (instrumento de mandato, anexo – doc. 01), pedir

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

conforme previsão dos artigos 47 e seguintes da Lei n.º 11. 101, de 09 de fevereiro de 2005, e consubstanciada nos artigos 170 e seguintes da Constituição Federal de 1988, pelas razões de fato e de direito que ora passa a expor:

I. PRELIMINARMENTE – DO JUÍZO COMPETENTE PARA A AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nos termos do artigo 3º da Lei n.º. 11.101/2005, tem-se que:

Art. 3. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.



A empresa detém como atividade principal, a de frigorífico para fins de abate de equinos, em que pese tenha como matriz a sede de São Paulo, concentra hoje seu maior volume de negócios e fluxo econômico, além de todas as decisões administrativas e comerciais na unidade de Araguari/MG, sendo assim seu principal estabelecimento, fato este fundamental para determinar o juízo de Araguari/MG como competente para o processamento da Recuperação Judicial:

“7. Segundo Valverde (v. 1, p. 138), o principal estabelecimento é aquele no qual o comerciante tem a sede administrativa de seus negócios, no qual é feita a contabilidade geral, onde estão os livros exigidos pela lei, local de onde partem as ordens que mantêm a empresa em ordem e funcionamento, mesmo que o documento de registro da empresa indique que a sede fica em outro local”

(FILHO, Manoel Justino Bezerra, Lei de Recuperação de Empresas e Falência, p. 81, Ed. Revista dos Tribunais).

Excelência, essa corrente doutrinária tem servido de base para diversos julgados para caracterização da competência do juízo para processamento da Recuperação Judicial, senão vejamos:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA. Foro do local do principal estabelecimento da empresa (art. 3º da Lei nº 11.101/05). Empresa sediada em São Bernardo do Campo. Local em que são tomadas as principais decisões administrativas, financeiras, comerciais e operacionais da empresa. Irrelevância de a fábrica estar situada na cidade de Campo Grande/MS. Decisão mantida. AGRAVO DESPROVIDO.

(Relator(a): Alexandre Marcondes; Comarca: São Bernardo do Campo; Órgão julgador: 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do julgamento: 11/04/2017; Data de registro: 11/04/2017)

DECISÃO: Acordam os magistrados integrantes da Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, à unanimidade de votos, em dar provimento aos recursos, nos termos do voto do Sr. Juiz Relator, com a participação da Sr.ª Desembargadora ROSANA AMARA GIRARDI FACHIN e do Sr. Desembargador LAURI CAETANO DA SILVA, Presidente. EMENTA: EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. SÓCIO DA EMPRESA FALIDA. ESTADO DOPARANÁ. TERCEIROS INTERESSADOS. LEGITIMIDADE. COMPETÊNCIA. JUÍZO DO LOCAL DO ESTABELECIMENTO PRINCIPAL DA EMPRESA DEVEDORA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. NULIDADE DA SENTENÇA.



RECURSOS PROVIDOS. 1. O sócio da empresa falida possui legitimidade para recorrer na qualidade de terceiro interessado, visto ser indiscutível que a declaração de falência da sociedade afeta diretamente os seus interesses. Precedentes do STJ. 2. Considerando que a Fazenda Pública Estadual poderá suportar prejuízos, acaso mantida a decretação da falência, malgrado possa haver passivo de ICMS, preferindo pela manutenção da atividade empresarial, tem interesse recursal e, conseqüentemente, legitimidade para recorrer. 3. É competente para o processamento do pedido de recuperação judicial da empresa e de sua falência, o Juízo do local onde o devedor tem o seu principal estabelecimento, a teor da norma contida no artigo 3º da Lei 11.101/2005. 4. Compreende-se, pelo novo ordenamento da recuperação e falência, como principal estabelecimento da empresa aquele onde se situa o ponto central de seus negócios, de onde partem todas as ordens, onde atua concretamente o comando empresarial e seu corpo diretivo, onde se concentra o maior número de reuniões e assembleias, e para onde convergem as demandas empresariais que exigem pronta atuação dos sócios. 5. Agravos de Instrumentos providos. (TJPR - 17ª C.Cível – AI - 1229418-9 - Foro Regional de Campo Largo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Francisco Jorge - Unânime - - J. 26.11.2014)

(TJ-PR - AI: 12294189 PR 1229418-9 (Acórdão), Relator: Francisco Jorge, Data de Julgamento: 26/11/2014, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1473 10/12/2014)

O que se observa, é que atualmente o Frigorífico Prosperidade tem como ponto central de seu negócio a unidade de Araguari/MG, assim, todas as decisões da diretoria/administradores estão concentradas em Araguari, bem como atualmente o faturamento todo se concentra na unidade de Araguari, seu volume de empregados se concentra na unidade de Araguari, enfim, toda produção está concentrada em Araguari, tornando-a o principal estabelecimento da empresa do ponto de vista econômico, bem como do ponto de vista social, uma vez que quase a totalidade dos empregados estão em atividade nessa unidade.

Diante do exposto, pugne Vossa Excelência em reconhecer o juízo de Araguari/MG, como o juízo competente para o deferimento do processamento da Recuperação Judicial ora requerida, nos termos do artigo 3º da Lei nº. 11.101/2005.

II- BREVE HISTÓRICO DO FRIGORÍFICO.

Em 2010, fundada por empreendedores Uruguaios do mercado de frigorífico, que, em razão do rebanho brasileiro de equídeos, aproximadamente de 8.000.000 cabeças, muito superior ao encontrado no Uruguai,



e aproveitando a oportunidade de arrendamento do parque fabril do extinto frigorífico POMAR S/A Industrial e Comercial, optaram por manter no município de Araguari, no estado de Minas Gerais, as atividades de abate e desossa de carne de equídeos, com a venda destinada para o mercado interno e externo, principalmente o mercado europeu.

Em 2011 Com nova gestão e diretoria, através de investidores, também, uruguaios, a empresa entrou numa fase de expansão, tornando-se o maior frigorífico de sua categoria no Brasil e segundo no mundo, e com as exportações, colocou o nome da cidade de Araguari no cenário mundial.

Em 2013 Obtenção do registro para exportação de carne equídea para fins de alimento de animais domésticos (pet food), produto este que nem existia no cadastro dos órgãos legais, registro para exportação para o mercado comum europeu. A empresa torna-se a maior do mundo em capacidade instalada, com capacidade para abater e desossar até 8.000 cavalos por mês.

De 2014 a 2016 Adequação as novas normas de rastreabilidade, exigidas pelo governo brasileiro, e informado que era em parceria com o mercado comum europeu, e a solidificação dos maiores distribuidores deste segmento na Europa, especialmente na Holanda, Bélgica e Itália, podendo assim projetar para os próximos anos um aumento de até 50% na produção e atingindo o montante de 500 empregos diretos e aproximadamente 1.500 indiretos.

Em 2017 Devido as denúncias oriundas da operação **CARNE FRACA**, largamente difundida nos meios de comunicação, sobre as operações que colocavam em risco a saúde pública no estado do Paraná, o que refletiu negativamente no mercado comum europeu, e consequência todos os segmentos de frigoríficos, sofreram inspeção da comissão europeia de qualidade, e o resultado foi que a requerente passou em toda a inspeção internacional com louvor, mas quando a união européia em fiscalização da documentação do governo brasileiro e o cumprimento de metas fiscais por parte do mesmo, não se deu por satisfeita, e assim **EXCLUI** o Brasil como exportador de carne equídea para a Europa, ou seja, mesmo os frigoríficos de equídeos brasileiros tem sido aprovados com louvor, de nada poderiam fazer pois o cadastro brasileiro estava suspenso.

De 2017 a atual A única solução para manter atividade operacional da requerente era a produção de alimentos para animais domésticos (pet food), e o que vem sendo feito, mas a fim de reduzir a mão-de-obra e os demais custos, a requerente demitiu cerca de 60% do seu quadro de funcionários, e com a queda de 75% do seu faturamento bruto.



A requerente vem buscado com todos os esforços a reintegração do Brasil na lista de exportadores da Europa, inclusive em parceria com o único frigorífico que resta em atividade no Brasil, pois os demais não suportaram as consequências do ato do governo, e encerraram as atividades ou mudaram de ramo.

III – CAUSAS CONCRETAS DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL E RAZÕES DA CRISE (art. 51, I, LRE).

A causa concreta que levou a requerente a esta situação de crise, conforme o já relato acima, foi o não cumprimento por parte do governo com os acordos bilaterais, inclusive exigindo da requerente o cumprimento integral da normativa regulatória de número 67, e com a visita da comissão europeia, a qual fez prova que nem conhecimento da mesma tinha, e que a argumentação por parte do governo de que não tinha condições financeiras de atender os acordos bilaterais.

Como já dito, outros frigoríficos do mesmo segmento já encerraram as suas atividades ou mudaram de mercado, mas a requerente acreditando no mercado de equídeos, manteve as suas atividades até a presente data, com o maior esforço possível, mas infelizmente a pressão dos credores, principalmente na esfera trabalhista, com os bloqueios de conta bancárias e arresto de ativos, necessários a manutenção da atividade operacional, aliada a uma política de fornecimento de energia elétrica, leva a requerente buscar alternativas para manter a sua atividade até o restabelecimento do fornecimento para os países do mercado europeu.

Face à urgência com que os pedidos de Recuperação Judicial são elaborados, comumente não é possível realizar uma aprofundada due diligence, muito embora o estudo do caso concreto, das análises e demonstrações financeiras, das projeções de fluxo de caixa e as diligências realizadas permitam trazer os principais e concretos fatores que levaram o Frigorífico à atual fragilidade da saúde financeira que o obrigou a requerer o presente pedido recuperacional.

Por essa razão, serão destacadas, no presente pedido, apenas as principais e visíveis causas da crise econômica e financeira do mesmo, as quais serão oportunamente aprofundadas quando da apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, juntamente com as possíveis soluções, nos termos da Lei de Recuperação de Empresas.



Como se trata de um produto para consumo humano que exigia capital e giro e controle de riscos, com o crescimento vem os investimentos em tecnologia e estrutura física para atender a toda demanda internacional de carne equina, chegando a abater mais de 300 cavalos/dia, a necessidade de capital de giro cresce.

Nesse íterim sem nosso principal mercado (União Européia), que representa mais de 70% de nossa carteira, e buscando honrar nossos compromissos com empréstimos bancários, enfrentamos nossa primeira dificuldade de caixa de nossa história, começamos então mais especificamente partir de outubro de 2018, a não conseguir honrar com as datas de pagamentos a fornecedores, trabalhadores, atrasando verbas e nosso cadastro junto a novos negócios e empréstimos sofrendo pelo descasamento entre recebimentos e obrigações.

Verifica-se, portanto, que o ponto de partida para a crise financeira do Frigorífico Prosperidad foi a paralisação das exportações para seu principal comprador, a União Européia, o que defasou e muito o caixa da empresa, bem como, os altos compromissos financeiros com laboratórios para análise da carne, e, o baixo custo da venda de produtos pet food, este único mercado atendido com a carne equina.

E a crise brasileira, tanto econômica como política, acabou por afetar sobremaneira o setor de carnes, exemplo a vergonhosa operação CARNE FRACA, em especial a Requerente, que somando a outros fatores externos, como a suspensão de suas atividades, sofreu grande abalo econômico- financeiro, apesar do foco foi o mercado de abate de bovinos e frangos.

Assim, atualmente a Requerente vem enfrentando sérias dificuldades financeiras, precisando do apoio do Estado, Poder Judiciário, Sociedade e credores para ultrapassar por essa momentânea crise financeira que tem embaraçado a continuidade de sua atividade empresarial, para se manter viva, em um mercado que logo, vislumbrará crescimentos novamente, vez que o mercado de suínos traz boas perspectivas para o futuro.

Excelência, são quase 10 anos de empresa, sendo que ao longo de todo esse período, se prestou como importante fonte produtora de empregos, assegurando renda e sustento de muitas famílias, bem como, recolheu impostos contribuído para toda sociedade, estimulou a economia, enfim, há quase uma década vem desempenhando importante papel social.

E agora, neste momento de dificuldade, precisa e pede apoio do Estado e Sociedade em geral, para poder superar esta situação de crise econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, objetivos da Lei 11.101/2005.

Diante disso, não restou alternativa senão pleitear a tutela jurisdicional, a fim de se buscar a recuperação judicial da Requerente, visando dar viabilidade a continuidade da empresa, que já opera há quase 10 anos



no mercado de abate de carnes, a fim de reestabelecer sua ordem econômica financeira, para cumprir os objetivos esculpidos no art. 47 da Lei 11.101/2005, que se faz pelos fundamentos que seguem.

Por fim, saliente-se que serão melhores analisados no Plano de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, nos exatos termos do artigo 53, III, da Lei n. 11. 101/ 05, as eventuais causas da atual situação do Grupo, os quais serão aprofundados, a fim de que sejam prontamente corrigidos pela atual equipe financeira e comercial do Requerente.

Pelo exposto, tendo pleno conhecimento que a Recuperação Judicial foi procedimento criado com finalidade precípua de manter aberta e em funcionamento empresas viáveis, fazendo prevalecer, de uma forma geral, o princípio da função social da propriedade, ora aplicado na função social da empresa, certo é que a demonstração de viabilidade deve obrigatoriamente passar pelo crivo do Frigorífico Prosperidad S/A.

IV - DO DIREITO - A ORDEM ECONÔMICA NA CF/88: OS

PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

O processo de Recuperação Judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira de uma empresa em dificuldades financeiras, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica e até o pagamento de tributos.

O espírito norteador da Lei de Recuperações de Empresas emana do artigo 170 da Constituição Federal de 1988, que regulamenta a ORDEM ECONÔMICA no Brasil, com os seguintes princípios:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - Soberania nacional;*
- II - Propriedade privada;*
- III - função social da propriedade;*
- IV - Livre concorrência;*



V - Defesa do consumidor;

VI - Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada ao inciso pela Emenda Constitucional nº 06/ 95)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Por sua vez, o artigo 170 da Carta Magna vem a aclarar o conteúdo do artigo 1º, IV e 5º, XX do diploma Constitucional, dispondo inequivocamente sobre os princípios norteadores da ORDEM ECONÔMICA, quais sejam, soberania nacional, função social da sociedade privada (e da empresa), e emprego pleno.

Ora, é unívoco que o problema da função socioeconômica da empresa em crise não passou despercebido por ocasião da tramitação do Projeto de Lei de Recuperação de Empresas e Falências (PLC 71/ 2003).

Com efeito, vale reproduzir trecho do Parecer n. 534, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, elaborado sob a relatoria do senador Ramez Tebet:

Nesse sentido, nosso trabalho pautou-se não apenas pelo objetivo de aumento da eficiência econômica – que a lei sempre deve propiciar e incentivar – mas, principalmente, pela missão de dar conteúdo social à legislação. O novo regime falimentar não pode jamais se transformar em bunker das instituições financeiras. Pelo contrário, o novo regime falimentar deve ser capaz de permitir a eficiência econômica em ambiente de respeito ao direito dos mais fracos.



Assim sendo, os princípios adotados na análise pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal do PLC 71/2003, e nas modificações propostas, se encontram relacionados com a questão de ORDEM ECONÔMICA, destacando a preservação da empresa, a recuperação de empresas recuperáveis, a retirada das empresas não recuperáveis, a tutela dos interesses de trabalhadores e a redução do custo do crédito no Brasil.

Logo, o papel da empresa em crise merece ser interpretado segundo sua capacidade (operacional, econômica e financeira) de atendimento dos interesses que vêm priorizados pela norma legal e constitucional, nomeadamente os interesses do trabalhador, de consumidores, de agentes econômicos com os quais o empresário se relaciona, incluindo -se no último a comunhão de seus credores (principalmente aqueles considerados estratégicos para a atividade empresarial, como credores financeiros e comerciais, incluindo-se fornecedores de produtos e serviços) e, enfim, de interesses da própria coletividade, entre os quais se destacam aqueles relacionados ao meio ambiente.

Absolutamente apropriada a lição de Eros Roberto Grau (in GRAU, Eros Roberto. Elementos de direito econômico. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1981) discorrendo sobre a função social da propriedade:

É a revanche da Grécia sobre Roma, da filosofia sobre o direito: a concepção romana, que justifica a propriedade por sua origem (família, dote, estabilidade dos patrimônios), sucumbe diante da concepção aristotélica, finalista, que a justifica por seu fim, seus serviços, sua função.

Esse cruzamento de interesses não deve ser apenas quantitativo (considerados sob o enfoque de valor em dinheiro a ser satisfeito no curso da recuperação), como também qualitativo, prevalecendo nesse panorama os seguintes interesses declinados no art. 170, da Constituição Federal:

I - Livre iniciativa econômica (art. 1º, IV e art. 170, C. F.) e liberdade de associação (art. 5º, XX, C. F.);

II - Propriedade privada e função social da propriedade (art. 170, I e II, C. F.);



III - Sustentabilidade socioeconômica (valor social do trabalho, defesa do consumidor, defesa do meio ambiente, redução de desigualdade e promoção do bem-estar social, art.170, caput e incisos V, VI, VII, C.F.);

IV- Livre concorrência (art. 170, IV, C. F.);

V - Tratamento favorecido ao pequeno empreendedor (art. 170, IX, C. F.)

Tem-se, pois, que a Lei de Recuperação de Empresas nada mais é do que um desdobramento dos artigos 1º, IV, 5º XX e 170 da Constituição Federal de 1988.

Veja-se, por exemplo, como a ORDEM ECONÔMICA regida no aludido dispositivo Constitucional é toda ela parte da Lei de Recuperação de Empresas, valendo aqui trazer a Exposição de Motivos da Lei n. 11.101/05, brilhantemente pontuada pelo saudoso Senador Rames Tebet:

Princípios adotados na análise do PLC n. 71, de 2003, e nas modificações propostas

Preservação da empresa: em razão de sua função social, a empresa deve ser preservada sempre que possível, pois gera riqueza econômica e cria emprego e renda, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento social do País. Além disso, a extinção da empresa provoca a perda do agregado econômico representado pelos chamados “intangíveis”, como nome, ponto comercial, reputação, marcas, clientela, rede de fornecedores, know-how, treinamento, perspectiva de lucro futuro, entre outros.

Separação dos conceitos de empresa e de empresário: a empresa é o conjunto organizado de capital e trabalho para a produção ou circulação de bens ou serviços. Não se deve confundir a empresa com a pessoa natural ou jurídica que a controla. Assim, é possível preservar uma empresa, ainda que haja a falência, desde que se logre alienar a outro empresário ou sociedade que continue sua atividade em bases eficientes.



Recuperação das sociedades e empresários recuperáveis: sempre que for possível a manutenção da estrutura organizacional ou societária, ainda que com modificações, o Estado deve dar instrumentos e condições para que a empresa se recupere, estimulando, assim, a atividade empresarial.

Retirada de sociedades ou empresários não recuperáveis: caso haja problemas crônicos na atividade ou na administração da empresa, de modo a inviabilizar sua recuperação, o Estado deve promover de forma rápida e eficiente sua retirada, a fim de evitar a potencialização dos problemas e o agravamento da situação dos que negociam com pessoas ou sociedades com dificuldades insanáveis na condução do negócio.

Proteção aos trabalhadores: os trabalhadores, por terem como único ou principal bem sua força de trabalho, devem ser protegidos, não só com precedência no recebimento de seus créditos na falência e na recuperação judicial, mas com instrumentos que, por preservarem a empresa, preservem também seus empregos e criem oportunidades para a grande massa de desempregados.

Redução do custo do crédito no Brasil: é necessário conferir segurança jurídica aos detentores de capital, com preservação das garantias e normas precisas sobre a ordem de classificação de créditos na falência, a fim de que se incentive a aplicação de recursos financeiros a custo menor nas atividades produtivas, com o objetivo de estimular o crescimento econômico.

Celeridade e eficiência dos processos judiciais: é preciso que as normas procedimentais na falência e na recuperação de empresas sejam, na medida do possível, simples, conferindo-se celeridade e eficiência ao processo e reduzindo-se a burocracia que atravanca seu curso.

Segurança jurídica: deve-se conferir às normas relativas à falência, à recuperação judicial e à recuperação extrajudicial tanta clareza e precisão quanto possível, para evitar que múltiplas possibilidades de interpretação tragam insegurança jurídica aos institutos e, assim, fique prejudicado o planejamento das atividades das empresas e de suas contrapartes.

Participação ativa dos credores: é desejável que os credores participem ativamente dos processos de falência e de recuperação, a fim de que, diligenciando para a defesa de seus interesses, em especial o recebimento de seu crédito, otimizem os resultados obtidos com o processo, com redução da possibilidade de fraude ou malversação dos recursos da empresa ou da massa falida.



Maximização do valor dos ativos do falido: a lei deve estabelecer normas e mecanismos que assegurem a obtenção do máximo valor possível pelos ativos do falido, evitando a deterioração provocada pela demora excessiva do processo e priorizando a venda da empresa em bloco, para evitar a perda dos intangíveis. Desse modo, não só se protegem os interesses dos credores de sociedades e empresários insolventes, que têm por isso sua garantia aumentada, mas também se diminui o risco das transações econômicas, o que gera eficiência e aumento da riqueza geral.

No intuito de enfrentar o problema da crise econômico -financeira da empresa desde estes objetivos e fundamentos , que a Lei de Recuperação de Empresa em Crise inovou o direito concursal brasileiro, no sentido de vincular-se à preocupação com a manutenção da fonte produtora, com os empregos por ela gerados, bem como com o interesse dos credores, adotando, entre outros instrumentos, a RECUPERAÇÃO JUDICIAL descrita no art. 47, a saber:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica

No caso específico, o Frigorífico possui um goodwill absolutamente capaz de promover sua recuperação e reorganização, conforme será demonstrado no PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – art. 53 da Legislação Recuperacional, no prazo de 60 (sessenta) dias do deferimento do processamento da RECUPERAÇÃO.

Por todo o exposto, o deferimento do processamento, e, posteriormente, a concessão da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, cumprem na essência o artigo 47 da Lei n. 11.101/2005, e, por conseguinte, o artigo 170 da Constituição Federal de 1988.

V – DA VIABILIDADE ECONÔMICA – ASPECTOS PRELIMINARES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Conforme exposto, a momentânea crise enfrentada pelo Frigorífico, que não se mostra irreversível caso haja a tutela jurisdicional e a implementação de um arrojado plano de mudança de modelo de gestão e, conseqüentemente, das prioridades de atuação, há necessidade de profunda diagnose dos problemas a fim de viabilizar soluções reais e concretas fundadas, inclusive, no princípio da solidariedade entre a empresa, funcionários, acionistas, credores e Estado.

Neste sentido, imperioso destacar que o Requerente já modificou inteiramente o modelo de gestão anterior, voltando-se na gestão de Empresas com a saúde financeira debilitada.

Demonstra-se, portanto, a viabilidade da Recuperação Judicial, ora requerida, de modo que a sua reestruturação já foi até iniciada através da contratação de gestor.

De outra banda, cabe salientar que o Frigorífico ajuda a movimentar a economia local, e estadual, principalmente do segmento que atua, por ser o único em todo o estado de Minas Gerais, pois gera diversos de empregos diretos e indiretos e faz com que seus empregados também movimentem a economia com comércio, prestação de serviços etc., o que redonda em uma inequívoca relevância social.

Além disso, a empresa é pagadora de tributos, que são obviamente reaplicados na cidade com os repasses do Governo Federal e Estadual.

Nessa atual quadra, somando-se os fatos de (i) possuir anos de experiência no mercado, sendo referência no País, (ii) ter modificado a gestão profissionalizada; (iii) vir adotando medidas de economia; e (iv) estar a equacionar seu passivo, apresenta-se como empresa viável que se recuperará, cumprindo na íntegra o Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado no momento oportuno.

Além da clara certeza da recuperação da autorização para exportação de carne de equídeo para consumo humano no mercado europeu.

VI - DOS REQUISITOS FORMAIS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Quanto aos requisitos previstos no art. 48, da Lei 11.101/ 2005, destaca-se que:



Art. 48 – O Frigorífico Prosperidad, como é público e notório, exerce sua atividade, regularmente, há mais de dois anos, conforme se depreende de seu contrato social e demais atos que se encontram devidamente registrados, comprovando o exercício da atividade empresarial;

Art. 48, I e II – O Frigorífico Prosperidad jamais faliu ou requereu recuperação judicial e/ ou concordata preventiva, como provam as certidões, anexas;

Art. 48, IV - O Frigorífico Prosperidad e seus sócios administradores não foram processados, tampouco condenados por crime previsto quer no diploma falimentar anterior quanto no atual, conforme certidões, anexas.

Já no que tange aos requisitos elencados no art. 51, da Lei 11.101/2005, são cumpridas as exigências, trazendo-se os seguintes documentos:

- a) Relação nominal completa dos credores, contendo: endereço, natureza do crédito, a classificação e o valor atualizado, discriminando origem, vencimentos, indicação dos registros contábeis (art. 51, III);
- b) Balanço, e demonstrativos contábeis dos últimos três exercícios;
- c) Certidão do Registro Público de Empresas e o contrato social atualizado; (art. 51, V);
- d) Relação das ações judiciais em que o Frigorífico figura como parte, contendo (art. 51, IX).
- e) Prova do exercício das atividades por mais de 2 anos;
- f) Declaração negativa de crime falimentar;
- g) Ato constitutivo atualizado, e certidão de regularidade na Junta Comercial;
- h) Certidão de cartório de protestos;
- i) Relação Subscrita de todas as ações judiciais;



Por essas razões, estando presentes todos os requisitos formais para o deferimento do processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL, e tendo o Frigorífico Prosperidad legitimidade para se socorrer do presente procedimento, conforme artigo 2º da LRE, pede o deferimento do processamento, como de rigor.

VII – DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA – RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme aclarado alhures, a atuação da Autora no mercado interno e externo é essencial para o desenvolvimento da sociedade brasileira, vez que mesmo estando em processo de soerguimento de suas atividades, ainda é capaz de (i) aquecer o mercado produtivo e de comércio ; (ii) gerar empregos; (iii) contribuir com o Fisco e, ainda; (iv) para o desenvolvimento econômico nacional.

Inobstante o alegado, não se pode negar que a atual conjuntura política e econômica do País vem contribuindo em muito para as dificuldades financeiras que a Autora vem sofrendo para o cumprimento de suas obrigações financeiras.

Efeito disso é que, dentre os compromissos que vêm sendo difíceis de serem honrados, tem-se o pagamento pelo fornecimento de energia elétrica no parque fabril da Autora, também devido ao aumento da tarifa cobrada pelo setor nos últimos anos, o que acabou por elevar a níveis preocupantes os custos impostos aos consumidores.

No que tange à unidade consumidora instalação nº 3009013854 da Autora localizada na Rua Comendador Erick Markus, nº 1000, bairro Bosque, CEP 38.446-01 (Código 3009013854):

VENCIMENTO	VALOR
17/02/2019	R\$ 43.139,56
17/01/2019	R\$ 76.863,84
17/12/2018	R\$ 78.522,19
17/11/2018	R\$ 89.482,86

Embora a Autora tenha envidado esforços para compor o débito total que possui, não possui condições de fazê-lo, sem que tal desembolso gerasse a quebra de seu negócio, pelas razões já trazidas nesta exordial, outrossim, com o pretenso deferimento deste pedido de Recuperação Judicial, estaria impedido o



Frigorífico de realizar qualquer pagamento, visto que segundo disposto no art. 49 da Lei de Recuperação de Empresas, estão sujeitas ao processo de recuperação judicial as dívidas existentes na data do pedido, ainda que não vencidas, ou seja, todas as dívidas vencidas e VINCENDAS, sob pena de cometimento de crime falimentar..

Ocorre que, a Requerente encontra-se com suas atividade paralisadas em razão do corte de energia elétrica ocorrido, o que, vai de encontro a Sumula 57 do STF

Súmula 57: A falta de pagamento das contas de luz, água e gás anteriores ao pedido de recuperação judicial não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento

Outro fator importantíssimo a ser avaliado para a concessão da medida liminar pleiteada, Excelência, é que no último dia 29, essa Requerente, **fora intimada pelo Ministério da Agricultura para que restabeleça a energia elétrica de suas instalações e do SIF- Serviço e Inspeção Federal** que se encontra alocado dentro das instalações da Requerente, no prazo máximo de 72 horas, sob pena de sanções daquele órgão.

Também, em mesmo ofício, fora autorizada a **incineração de carne** que estava armazenada na câmara fria, posto estar impossibilitada de consumo pois está contaminada com metais pesados, e, **com a falta de energia a mesma já entrou em estado de decomposição, havendo risco de contaminação ambiental, bem como a mesma já estando em estado de putrefação o mau odor já estaria sendo sentido nos arredores das instalações do frigorífico.**

Contudo, a Requerente não pode atender a nenhuma das exigências do SIF – Serviço de Inspeção Federal, pois, até para incinerar a carne é preciso energia elétrica, pois, é necessário que os autoclaves sejam ligados.

Assim, Excelência, é imperiosa a concessão da medida liminar para religação da energia elétrica, posto que, sem a mesma os danos a Recuperanda seriam irreversíveis, uma vez que, é o SIF quem atesta a licença de funcionamento e abate da Requerente, e, uma vez descumprida suas ordens, o risco de perda de tais licenças é iminente, além dos problemas ambientais que a carne armazenada pode vir a causar.

A Autora não nega que possui débitos perante a Ré, ou mesmo pretende que o Poder Judiciário avalize o fornecimento de energia elétrica às expensas da própria concessionária.

Nesse comenos, não é bastante ressaltar que o fornecimento de energia elétrica se caracteriza como insumo de primeira necessidade, ainda mais no que diz respeito à sobrevivência do parque industrial da Autora, que por produzir peças em alumínio, não podem dar continuidade à cadeia produtiva sem o fornecimento de energia elétrica.

O referido é verdade, posto que o art. 22, da Lei nº 8.078/ 1990, que dispõe sobre os direitos dos consumidores pressupõe que:



Art. 22 . Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Além disso, observa-se que o Poder Legislativo fez constar no art. 10 da Lei nº 7.783, a conhecida Lei da Greve, que:

Art. 10 . São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica , gás e combustíveis; (...).

Nesse viés, tem-se que manter o corte do fornecimento de energia elétrica à Autora, além de ferir seu direito como consumidora que é, ainda fere de morte o processo de Recuperação Judicial que se pretende dar início, uma vez que a condição maior e basilar do instituto recuperacional é que a empresa seja economicamente viável, isto é, que valha à sociedade fazer esforços para sua manutenção, o que evidentemente não é compatível com uma produção paralisada.

Ora, se a ordem econômica é baseada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, às vistas de assegurar a existência digna inserida no contexto social, fato é que o Estado deverá nortear a correta aplicação dos princípios da propriedade privada, da livre concorrência, da busca do pleno emprego, da função social e demais insertos no art. 170 da Carta Magna.

Por este norte, evidente que a nova ordem constitucional instituiu que a empresa não deve apenas auferir lucro por meio da exploração de alguma atividade, mas sim atuar na comunidade com um propósito amplificado, promovendo empregos formais, gerando tributos, fomentando políticas sustentáveis, desenvolvendo a economia nacional e etc.

Inspirada nesse conceito observa-se que a Nova Lei de Recuperação de Empresas albergou em seus objetivos os princípios que norteiam a ordem econômica, quais sejam: a soberania nacional, a função social da propriedade, e, ainda, o pleno emprego, à medida que o art. 47 da Lei 11.101/01 dispõe expressamente que:



Art. 47 . A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Disso se extrai que ao decidir o destino de uma empresa, há que ser considerado o papel operacional, econômico e financeiro que exerce na sociedade, a fim de ponderar qual decisão coincide melhor com os anseios da comunidade.

Nesse contexto, é inegável concluir que manter o corte do fornecimento de energia ao estabelecimento da Autora é medida que se impõe, uma vez que caso assim não seja (i) cairá por terra todos os esforços envidados na tentativa de soerguer as atividades empresariais praticadas por elas, (ii) invalidará o interesse da coletividade dos credores afetos à Recuperação Judicial em pauta apenas em detrimento do interesse particular e egoístico da Ré, (iii) e, por fim, levará a Autora à falência, eliminando uma fonte geradora de empregos, pagadora de impostos e, ainda, integrante do sistema de desenvolvimento econômico do país.

A necessidade de concessão da liminar é irrefutável, à medida que presentes os requisitos legais para o deferimento da liminar com o feito de impedir, de imediato, a suspensão do fornecimento de energia elétrica, senão, veja-se:

Risco de dano – é cristalina sua presença. A manutenção do corte do fornecimento de energia elétrica é irreversível para a continuidade da empresa, já que a impedirá de desenvolver suas atividades, levando-a a RUÍNA, em total afronta ao que determina nossa legislação pátria, inviabilizado a manutenção dos empregos, e o soerguimento da unidade produtiva, bem como, resta devidamente comprovada a exigência do Ministério Público de restabelecimento do fornecimento de energia para a incineração da carne putrefata, sob pena de risco ambiental, e, suspensão das licenças da empresa Requerente.

Probabilidade do Direito – uma vez apresentado o pedido de recuperação judicial, a dívida existente com a Ré automaticamente fica sujeita a este procedimento, devido a sua anterioridade, sendo-lhe vedada a prática de qualquer ato que impeça a Autora, de se manter em pleno funcionamento, produzindo e cumprindo, por fim, sua função social, sendo o entendimento pretoriano transcrito, a demonstração da plausibilidade dos argumentos.

Isto posto, restando cabalmente comprovada a existência dos requisitos que permitem o deferimento da liminar ora requerida, requer que este D. Juízo determine que a empresa gestora de fornecimento de energia elétrica CEMIG, PRONTO RESTABELEÇA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA À UNIDADE CONSUMIDORA DA AUTORA , ex vi lege.



VIII – DOS PEDIDOS

Ante a todo o exposto, é a presente para pedir o deferimento do processamento da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com as seguintes providências:

- a) a concessão do prazo legal de 60 (sessenta) dias úteis para apresentação do plano de recuperação, após o deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme art. 53, da Lei de Recuperação de Empresas;
- b) a nomeação de Administrador Judicial, conforme preconiza o art. 21, da Lei de Recuperação de Empresas;
- c) a determinação de dispensa da apresentação de certidões negativas para o exercício da atividade do Frigorífico, de acordo com o art. 52, II, da Lei de Recuperação de Empresas;
- d) a suspensão de todas as ações ou execuções contra o Frigorífico Prosperidad, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, após o deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme art. 6º, e art. 52, III, da Lei de Recuperação de Empresas;
- e) a expedição de Edital, para publicação no órgão oficial, conforme determina o art. 52, §1º, observando o prazo de quinze dias para habilitação ou divergência dos créditos, de acordo com o art. 7º, § 1º, ambos da Lei de Recuperação de Empresas;
- f) em caráter de **URGÊNCIA** seja deferida a liminar para que a CEMIG restabeleça o fornecimento de energia elétrica a unidade consumidora da Requerente, no prazo de 24 horas, tendo em vista o risco iminente de dano ambiental, e, consequente perda da licença de funcionamento dessa peticionária, sendo seus débitos até o deferimento do processamento da recuperação judicial devidamente lançados junto ao rol de credores desta peticionária;



g) a determinação da produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente em impugnações de crédito, habilitações, ou eventuais outros incidentes processuais;

h) que sejam tomadas as demais providências elencadas no art. 52 e seguintes., da Lei de Recuperação de Empresas;

i) ao final, haja a homologação do PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, seja CONCEDIDA a RECUPERAÇÃO JUDICIAL do Frigorífico Prosperidad;

Requer, por fim, que as intimações no Diário Oficial do Estado sejam procedidas em nome de CARIN REGINA MARTINS AGUIAR, OAB/SP nº. 221.579, com escritório profissional em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Queiroz Filho, 1700, Sala 901, fone (11) 3641-6239.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para efeitos fiscais e de alçada.

Termos em que pede deferimento.

Araguari, 24 de janeiro de 2019.

Dra. Carin Regina Martins Aguiar

OAB/SP nº 221.579

